

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1394 | 03/07/2017 a 09/07/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares



SUSTENTABILIDADE

ABC EM SEGUNDO PLANO

Taxa de juros, excesso de burocracia e baixo retorno a longo prazo têm levado produtores a não aderirem ao programa

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O lançamento do PAP 2017/18, no começo de junho, reforçou a percepção de especialistas sobre o futuro do Programa ABC: a queda nas adesões de produtores deve se acentuar. O motivo seria a taxa de juros de 7,5% ao ano instituída no Plano Agrícola para esta temporada. Alia-se a isso o baixo retorno financeiro a longo prazo e a burocracia, que devem reduzir ainda mais a procura pelo programa, criado para regularização ambiental.

Em outra reportagem, mostramos como o pedido de recuperação judicial da Seara, em Sertanópolis, atingiu centenas de produtores paranaenses que venderam, mas não receberam.

Nesta edição, uma matéria conta como os integrantes das comitivas das viagens técnicas à Europa, organizadas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, estão disseminando o conhecimento adquirido sobre modelos de energias renováveis europeus em suas regiões.

Boa leitura.

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores**

Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro |

Delegados Representantes: Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santoroza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho
Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figueira

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1394:

Fernando Santos, Milton Dória, André Amorim, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE

PROGRAMA ABC

Contratações em baixa no Paraná

PÁG. 4

DÍVIDAS

Produtores aguardam recuperação judicial da Seara

Pág. 8

VIAGEM TÉCNICA

Modelo europeu de energia renovável

Pág. 12

HISTÓRIA

O começo da TV no Brasil

Pág. 16

FORMAÇÃO

SENAR-PR lança o Agrinho Solos

Pág. 18

CLIMA

Previsão de tempo bom para a agricultura

Pág. 20

A questão sanitária animal



A recente decisão do governo dos Estados Unidos de suspender as importações de carne bovina brasileira pode ter lá suas motivações mercadológicas. A justificativa é o registro de abscessos em diversos lotes, provavelmente resultado de vacinações contra aftosa feitas de forma inadequada. Um bom pretexto para barrar nosso produto. Nem dá para reclamar.

Há um bom tempo que a Federação da Agricultura do Paraná vem defendendo a suspensão da vacinação contra febre aftosa por considerar que o Brasil – e em especial

o Paraná – deve obrigatoriamente construir um sistema de controle de defesa animal totalmente confiável não apenas para o mercado externo, mas para o doméstico também.

E o nosso empenho não leva em conta apenas a exportação de carne bovina, a qual o Paraná tem pouca expressão. Mas o potencial de produção de carne suína, a mais consumida no mundo.

O Paraná é atualmente o maior produtor brasileiro de suínos, com um plantel de 7 milhões de cabeças, que envolve mais de 23 mil produtores, segundo levantamento da Se-

cretaria Estadual da Agricultura. Sua indústria está capacitada a abater diariamente mais de 3 mil toneladas e novas plantas industriais estão sendo construídas.

Contudo, nossas exportações não conseguem chegar aos mercados que melhor remuneram simplesmente porque não existe confiança em nosso sistema de defesa sanitária, uma vez que o Paraná não suspendeu a vacinação contra uma doença fácil de controlar, que é a febre aftosa.

É claro que uma suspensão da vacinação também teria impacto positivo na produção de carne bovina e reforçaria a confiança mundial na produção de aves, da qual o Paraná já é um grande exportador, mas também está sob o risco da influenza aviária, que atualmente atinge grande parte do mundo.

Para o país se firmar como um exportador de confiança de carnes e outros produtos do agronegócio, terá que aproveitar os acidentes recentes, como a desastrosa Operação Carne Fraca, as confissões da JBS e a suspensão das importações pelos Estados Unidos para realizar uma ampla revisão no sistema de defesa sanitária animal, adotando, entre outras providências, a terceirização da fiscalização, atribuindo aos atuais órgãos de defesa a tarefa de monitorar e auditar as ações terceirizadas.

Não é possível continuar insistindo em instrumentos que estão demonstrando serem frágeis e comprometendo uma vocação tão importante para nossa economia.

Ágide Meneguette
presidente do
Sistema FAEP/SENAR-PR

ABC em queda

Taxa de juros incompatível com o retorno financeiro de longo prazo afasta produtores. Contratações diminuíram no Paraná

Por Carlos Guimarães Filho



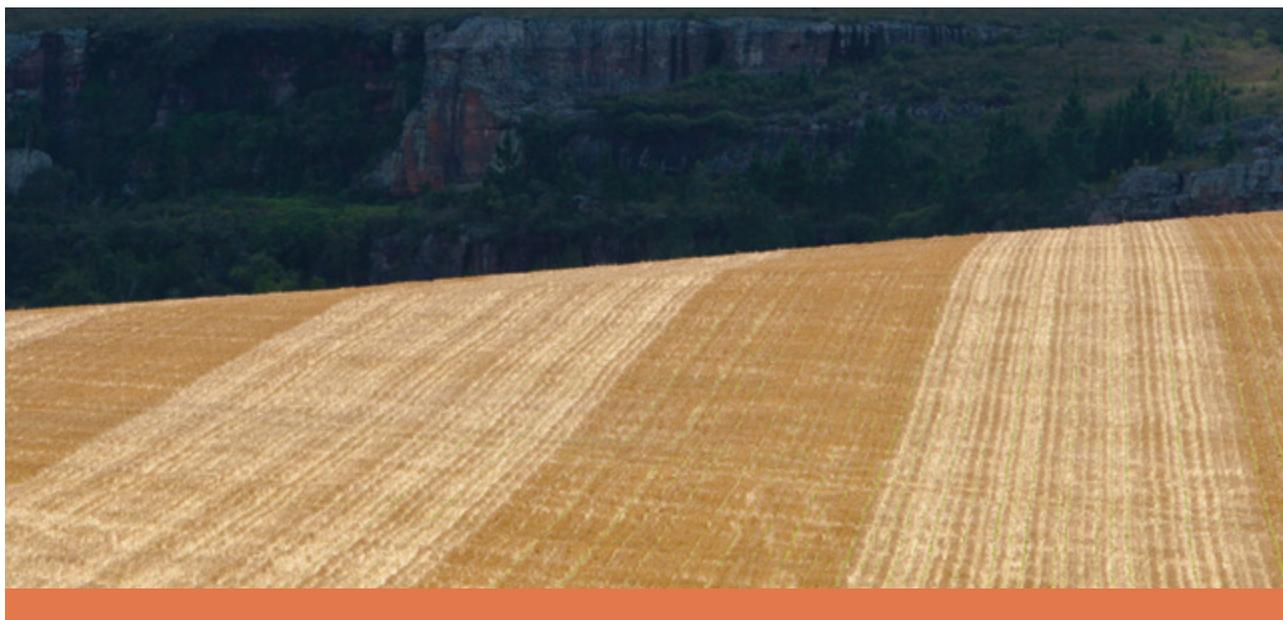
O Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), uma das ferramentas para viabilizar a adoção de técnicas agrícolas sustentáveis, tem sofrido duros golpes no Paraná. O número de contratação despencou nas últimas duas temporadas, acendendo o sinal de alerta. Para complicar ainda mais o cenário, o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/18, lançado no início de junho pelo governo federal, traz taxa de juros de 7,5% no ABC, incompatível com o baixo retorno financeiro no longo prazo.

Os dados do Banco do Brasil, principal agente financeiro do agronegócio nacional, em relação ao ABC no Estado permitem dimensionar a redução significativa na contratação nas últimas duas safras. Na temporada 2014/15, foram 854 contratos no valor de crédito disponibilizado de R\$ 138,7 milhões. Na temporada seguinte,

2015/16, 159 contratos e montante total de R\$ 25,5 milhões. Na safra 2016/17, prestes a terminar, apenas 66 contratos e R\$ 14,4 milhões em crédito.

Lançado na safra 2010/11, o programa ABC atingiu seu auge no Paraná na temporada 2012/13, quando registrou 997 contratos e R\$ 175,8 milhões em crédito. Na época, o SENAR-PR capacitou cerca de 500 profissionais – engenheiros agrônomos, zootecnistas e médicos veterinários – em relação às técnicas de agricultura de baixo carbono para o desenvolvimento de projetos.

Este cenário de queda nas últimas temporadas agrícolas reflete os impasses enfrentados pelo setor produtivo interessado em aderir ao programa. A começar pela burocracia exigida pelas instituições financeiras, que realizam “análises diferenciadas” dos projetos apresenta-



dos, segundo Renato Viana Gonçalves, extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e coordenador do Programa ABC no Paraná.

“De uma maneira geral, o tomador de recurso pelo ABC recebe uma análise diferenciada, com outras exigências na comparação com as demais linhas de crédito. Acaba sendo mais moroso, o que não acontece com outros programas”, ressalta Gonçalves. “Por envolver tecnologias que colaboram na redução da emissão de gases, deveria ter uma plataforma mais ágil. O produtor tem pressa, precisa plantar. Isso acaba interferindo”, complementa.

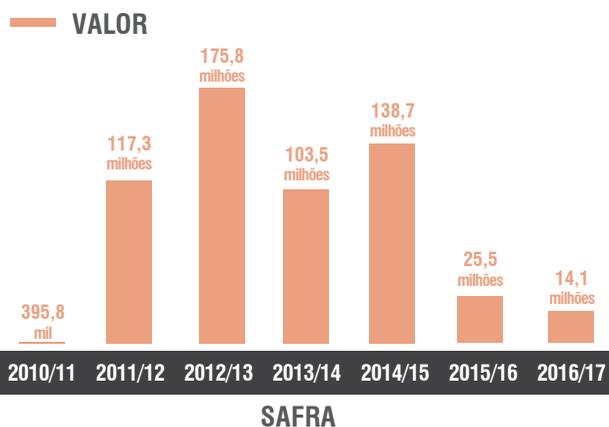
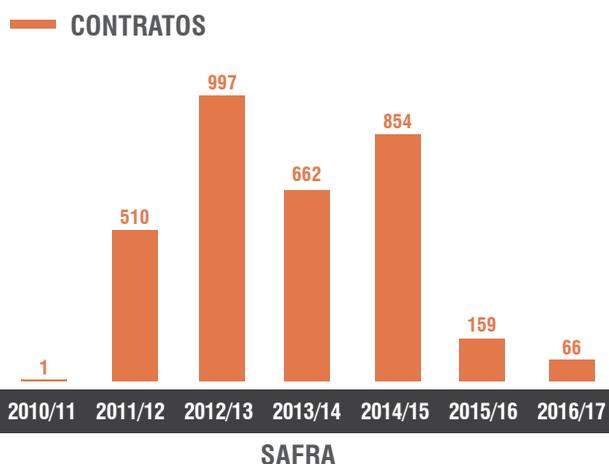
“O governo federal não está atento às questões ambientais. É preciso ajustar as condições de financiamento para que o ABC não caia no esquecimento”, afirma o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

O estudo desenvolvido pela MB Agro, encomendado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), vai ao encontro destas dificuldades de acesso ao crédito. Segundo Alexandre Mendonça de Barros, sócio diretor da MB Agro, na forma atual, o programa apresenta obstáculos conjunturais e estruturais.

“Detectamos no trabalho, que a queda está relacionada também à burocracia. A análise do projeto é demorada, com engessamento técnico. Como são muitas exigências, o processo requer um nível de preparo por parte dos técnicos. É preciso desenvolver essa competência”, pontua Barros. Ainda de acordo com o estudo, desde o lançamento, R\$ 13,8 bilhões dos R\$ 20,5 bilhões disponibilizados foram contratados.

Além da burocracia, o fato de alguns itens financiáveis pelo ABC também constarem em outras linhas de investimentos, como Pronamp e Moderagro, gera dúvidas entre os produtores. “Linhas alternativas não fazem esse mar de exigências, o que é bastante relevante e acaba atraindo o produtor”, complementa Barros.

Acompanhe a queda no desempenho do ABC no Paraná



Fonte: Banco do Brasil | Elaboração: Sistema FAEP/SENAR-PR



pelas medidas adotadas pelo governo federal. No PAP 2017/18, a taxa de juros no ABC será de 7,5%, o que deve reduzir ainda mais a procura pelo programa para as finalidades de regularização ambiental e conservação de solo e água.

Para que isso não ocorra, algumas entidades do agronegócio estadual têm se mobilizado para reverter à queda vertiginosa na contratação. “Estamos reorganizando o ABC no Paraná. É importante conhecer o produtor que adota, propor um plano de ação, capacitar uma nova turma de técnicos para fazer mais projetos e melhorar o atendimento dos bancos. Precisamos de uma aproximação maior entre o setor produtivo, Estado e as instituições financeiras”, reforça Gonçalves. “O programa é inteligente conceitualmente. Uma sugestão é incorporar o ABC a outra linha de crédito, o que mitigaria o risco. Seria algo interessante”, sugere Barros.

ABC Ambiental

No início do ano, cinco entidades do agronegócio da região Sul – as federações do Paraná (FAEP) de Santa Catarina (Faesc) e do Rio Grande do Sul (Farsul), a Secretaria

Outro motivo da queda na contratação, segundo o extensionista da Emater, é o ambiente turbulento em que se encontra a pecuária de corte, pois o ABC, entre outras coisas, incentiva a reforma de pastagens. Os pecuaristas enfrentam queda nos preços da arroba em função da melhoria da oferta de animais e as operações como a Lava Jato, Carne Fraca e Bullish, da Polícia Federal, que envolvem empresas do setor. “Essas operações geram retração dos preços, isso deixa o produtor avesso ao risco”, aponta Gonçalves.

“Dependendo do que for financiar, os prazos de reembolso e juros são diferentes no ABC e em outras linhas concorrentes. Mais, a análise e a liberação de recursos destas linhas acabam sendo mais rápidas, atraindo os gerentes, técnicos e produtores”, explica Pedro Loyola, coordenador do Departamento Técnico-Econômico da FAEP.

Futuro

Apesar dos esforços dos setores público e privado em avançar o programa no Paraná, o futuro é incerto. Isso passa

ria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab) e a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar) – apresentaram ao governo federal uma proposta para a criação do programa ABC Ambiental, com taxas mais acessíveis. O objetivo era incentivar os produtores a adequarem suas propriedades a legislação ambiental. Porém, a proposta acabou não contemplada no PAP 2017/18.

“Objetivo da proposta era simplificar o acesso ao crédito e criar uma linha de investimento com condições diferenciadas de financiamento, além de centralizar os itens financiáveis de regularização ambiental e conservação de solos e água, retirando de outros programas que concorrem com o ABC”, explica o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR.

Apesar da primeira negativa, o grupo de entidades não desistiu de viabilizar o ABC Ambiental e fomentar as sustentabilidades econômica, ambiental e social. “Essas regularizações e práticas trazem benefícios aos produtores e para a sociedade, que só podem ser mensurados ao longo do tempo. O governo federal perdeu a oportunidade de priorizar o Programa ABC. Mas ainda é tempo de essa política ser prioritária para o país”, afirma Meneguette.

FAEP pede revisão das condições de financiamento do programa

O Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2017/18 do governo federal, anunciado no dia 7 de junho, não priorizou o Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), voltado para a sustentabilidade ambiental e econômica das atividades agropecuárias.

Diante disso, a FAEP enviou ofícios aos deputados federais e senadores, e aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda, Meio Ambiente, Planejamento e da Casa Civil, solicitando apoio na revisão das condições de financiamento do Programa ABC previstas no PAP 2017/18.

O programa necessita de uma ação urgente de Estado devido aos desafios de sustentabilidade ambiental e econômica para os produtores se adequarem ao Novo Código Florestal e às leis de conservação de solos, bem como para garantir o cumprimento da meta de redução das emissões de gases de efeito estufa assumido pelo país na 21.^a Conferência do Clima (COP-21). A atividade agropecuária é um dos principais setores que vai contribuir por meio do uso racional dos solos, água, reflorestamento e geração de energia renovável.

O ABC apresenta histórico de redução de contratos e valores nos últimos anos que precisa ser revertido. Essa baixa procura e oferta do programa tem como agravante as dificuldades na elaboração e análise dos projetos a campo e nos agentes financeiros, devido à complexidade e

burocracia operacional. As operações apresentam demora excessiva na aprovação dos projetos, que passam mais de seis meses de idas e vindas entre cliente e agente financeiro até a liberação dos recursos.

Ainda, a falta de recursos para equalização de juros do crédito rural não deve ser utilizada como justificativa para não atender esse pleito. O governo federal disponibiliza anualmente em torno de R\$ 2,4 bilhões para a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), mas trata-se de um orçamento fictício, pois na maioria dos anos essa política não funciona ou chega tarde a quem precisa: os produtores. Para 2018 estão previstos R\$ 1,4 bilhão na PGPM, apesar da média de execução ser de R\$ 600 milhões. Ou seja, é possível remanejar recursos de outros programas para o Programa ABC.

O tripé da política agrícola está desequilibrado. Sobre orçamento na PGPM, aplicam-se muitos recursos em crédito rural, mas atende de forma insuficiente o Programa ABC.

Em documentos enviados aos órgãos públicos antes do lançamento do PAP 2017/18, entidades da agricultura lembram que, via ABC, alguns dos itens financiáveis são utilizados para o cumprimento do Novo Código Florestal, que tem dois instrumentos de regulamentação: o Cadastro Ambiental Rural (CAR), cujo prazo de inscrição vai até 31 de dezembro de 2017; e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que é normalização da propriedade rural em relação às questões ambientais de uso da água e de solo.

A regularização ambiental envolve a recomposição de florestas nas áreas de preservação permanente e Reserva Legal. Essas medidas trazem benefícios aos produtores e para a sociedade, que só podem ser mensurados ao longo do tempo. Como há programas estaduais de conservação de solos como do Paraná em pleno momento de adesão dos produtores, prazos finais para o CAR e o começo das regularizações ambientais no PRA, o governo federal ainda tem a oportunidade de priorizar o programa ABC, que trará maior sustentabilidade econômica, ambiental e social.

Programa ABC – Evolução de contratos, financiamentos e área atendida - Brasil 2013-2017

Ano	Contratos	Valor (R\$)	Área (ha)
2013	5.641	2.408.722.590,12	1.105.982,82
2014	7.288	3.471.024.091,84	1.787.391,34
2015	4.990	2.339.647.953,17	1.153.566,03
2016	2.755	1.742.556.594,74	1.645.249,50
2017*	732	501.645.047,55	156.031,25
TOTAL	21.406	10.463.596.277,42	5.848.220,94

Fonte: FGV/Programa ABC; Elaboração: DTE/FAEP

*2017 Acumulado até abril.

Dívida a perder de vista

Agricultores do Paraná que venderam grãos à Seara, com sede em Sertanópolis, aguardam processo de recuperação judicial para saber quando vão receber

Por Antonio Carlos Senkovski



A recuperação judicial da Seara Indústria e Comércio de Produtos Agropecuários atinge centenas de produtores rurais do Paraná, que venderam suas colheitas de grãos à empresa de Sertanópolis, no Norte do Estado. Com o processo em andamento, eles estão sem prazo para receber. A situação, que envolve cifras bilionárias e um longo caminho pela frente na Justiça, não tem uma solução simples ou rápida.

O produtor Jurandir Proença Lopes, da região dos Campos Gerais, vendeu 30 mil sacas de soja à Seara. Ele tem cerca de R\$ 2,2 milhões para receber. Como não foi

pago, Lopes conta que as dívidas do ciclo 2016/17 já começaram a vencer e que a rotina tem sido renegociar prazos para conseguir dar giro aos negócios. “Eu deveria ter recebido em maio. Eles esperaram colher a safra em todo o Norte Pioneiro, parte do Mato Grosso, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Sudoeste de São Paulo, encheram as unidades deles e deram o calote no povo”, afirma.

A família de Vânia Aparecida Tomazini Dias, produtora rural em Maringá (região Noroeste), entregou 1,9 mil sacas de soja à Seara por aproximadamente R\$ 110 mil. “Eles pediram a recuperação judicial quando ainda esta-

va terminando a safra. Esperaram receber todo o grão, aí quando estavam com o produto em mãos vem a bomba da recuperação”, reforça. “Não pagaram nada para nós porque o que tínhamos com eles está no processo de recuperação judicial e os agricultores entram no fim da fila dos credores”, lamenta Vânia.

A legislação que regula a recuperação judicial (Lei n.º 11.101 de 2005) prevê a ordem dos credores que têm direito a receber (ver gráfico abaixo). Antes de os pagamentos chegarem ao terceiro degrau, no qual estão os produtores rurais, a Seara precisa quitar quase R\$ 1,4 bilhão em dívidas com funcionários e instituições financeiras. Os produtores rurais estão enquadrados como quirografários (pessoas e empresas que não possuem garantia para receber seu crédito). São mais de mil credores em pelo menos seis estados. No Paraná, a crise aberta pelo calote da Seara afetou produtores em cerca de 120 municípios.

Logística

A Seara é uma companhia com mais de 60 anos de história. A empresa não tem relação com a Seara Alimentos, do Grupo JBS. No início, suas atividades eram voltadas para a comercialização de café e grãos. Ao longo dos

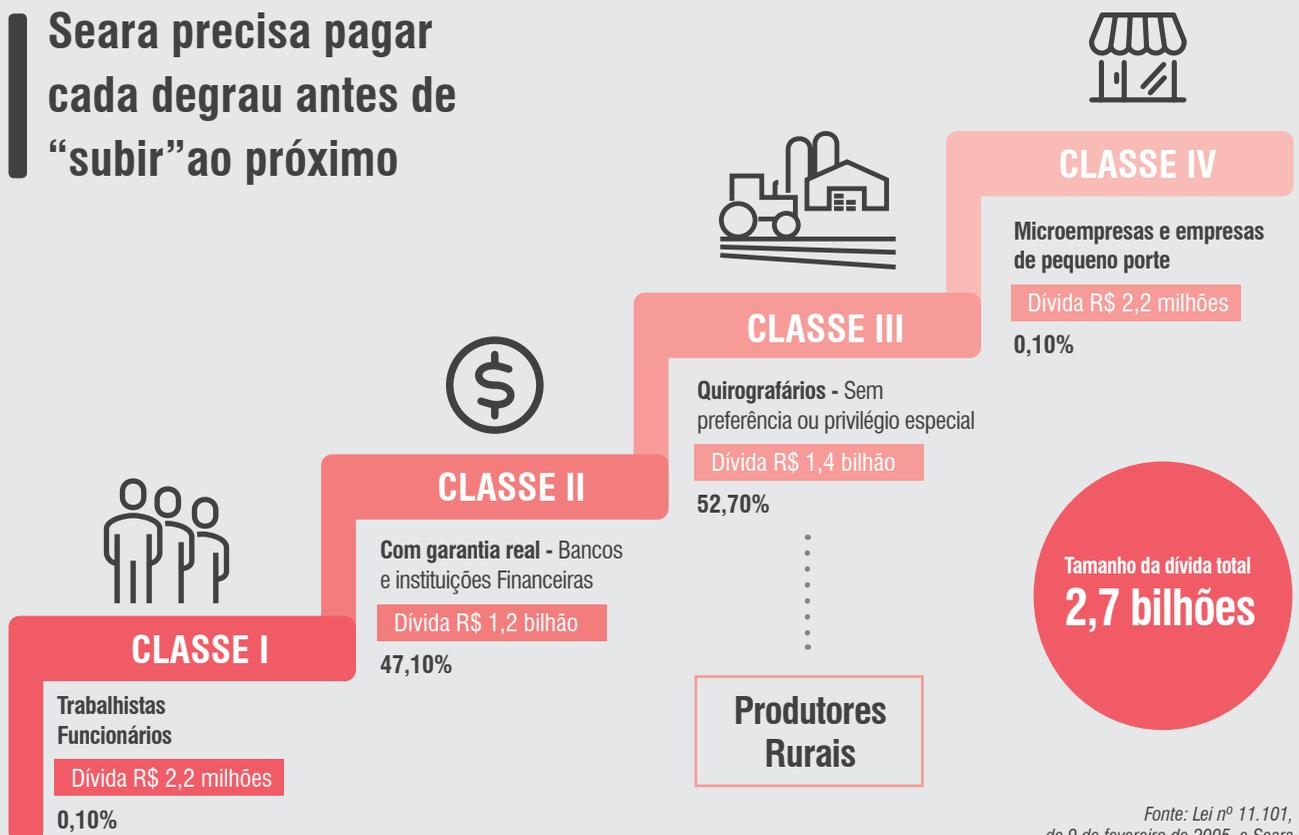


Vânia Aparecida Tomazini Dias, produtora rural de Maringá

anos, a organização investiu na área de compra e venda de cereais e insumos e, nas últimas décadas, aplicou recursos bilionários em logística. A empresa atua tanto na área rodoviária, com caminhões de transporte, quanto na área ferroviária –com terminais em Paranaguá, no Litoral do Paraná, e em Itiquira, no Mato Grosso.

Com faturamentos bilionários e lucros na casa dos mi-

Seara precisa pagar cada degrau antes de “subir” ao próximo



Fonte: Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, e Seara

lhões em 2014 e 2015 (ver gráfico), as cifras mudaram de direção e apresentaram perdas consideráveis em 2016. Foi nesse contexto, no fim de abril de 2017, que a Seara ingressou com o pedido de recuperação judicial na Vara Cível de Sertãoópolis. Entre os motivos alegados pela empresa para recorrer à Justiça estão os altos preços do milho e da soja na temporada 2015/16 e a não renovação de linhas de crédito para o desenvolvimento de suas atividades.

A Justiça acatou a solicitação da Seara em maio e nomeou a Credibilita, empresa de Curitiba especializada em recuperações judiciais e falências, para auditar a recuperação. O plano do que deve ser feito para a empresa se levantar, detalhando cada etapa, ainda não foi finalizado. O prazo inicial para divulgação do documento é dia 10 de agosto.

Outro lado

A Seara, por meio de sua assessoria de imprensa, informou que está trabalhando na estruturação de uma proposta crível que possa atender aos interesses de todos os credores. A empresa afirma que todas as informações relacionadas ao caso são postadas em seu site na internet, conforme determinação judicial. A Seara alega ainda que ao conseguir elaborar o plano de recuperação, este será submetido aos credores, que poderão analisar e votar sobre o mesmo em assembleia.

Por ora, a empresa informa que tenta minimizar o problema com os produtores rurais de menor poder econômico. No último dia 29 de maio, a companhia solicitou que a Justiça autorize pagamento antecipado a credores das classes III e IV (que inclui produtores e pequenas empresas) que tenham até R\$ 15 mil a receber – soma que equivale a cerca de 40% do total de credores e a aproximadamente R\$ 3 milhões da dívida. A decisão sobre essa solicitação ainda não saiu.

O que é recuperação judicial

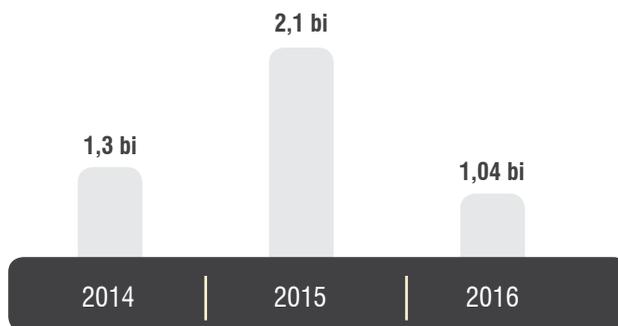
Recuperação judicial é um recurso dentro da lei previsto para empresas à beira da falência conseguirem retomar suas atividades. O benefício é concedido às organizações quando elas perdem a capacidade de pagar suas dívidas. Com o instrumento vem uma série de normas a serem cumpridas pela companhia, mas também benefícios como a suspensão de prazos de pagamentos e possibilidade de renegociação de dívidas. Enquanto é executada, uma empresa especializada nesse tipo de processos é designada pela Justiça para auxiliar na recuperação.

Cidades do Paraná com mais credores

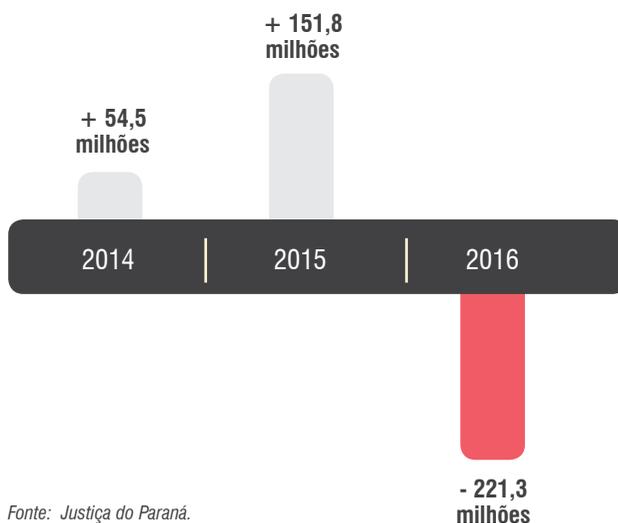
Abatiá, Alvorada do Sul, Assaí, Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Londrina, Nova América da Colina, Primeiro de Maio, Ribeirão do Pinhal, Santa Mariana, São Jerônimo da Serra, São Sebastião Amoreira, Sertãoópolis e Ventania.

Números da Seara

Faturamento



Lucro / Prejuízo



Fonte: Justiça do Paraná.

Caminho para políticas públicas

Levantamento começa em outubro e vai apontar saídas para o crescimento do agronegócio no Brasil



A partir de 1.º de outubro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) começa a coletar informações das cerca de 5,3 milhões de propriedades rurais do país – no Paraná, os recenseadores vão percorrer 372 mil estabelecimentos – para o Censo Agropecuário 2017. A participação dos produtores é importante para municiar futuras políticas públicas para a agricultura.

No questionário elaborado pelo IBGE estarão perguntas sobre o tipo de produção, as condições de plantio, infraestrutura e mão de obra empregada. As visitas vão ocorrer até 28 de fevereiro de 2018. A coleta dos dados será digital e, caso algum produtor não receba a visita do pesquisador, poderá procurar o Centro de Informações do IBGE de sua região e solicitar a presença de um recenseador no estabelecimento. Os resultados preliminares serão divulgados entre março e abril do ano que vem.

A Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) e outras entidades ligadas ao agronegócio, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

(CNA), apoiam a iniciativa e estão incentivando seus filiados a responderem corretamente aos questionários do IBGE. “O Censo é uma ferramenta extremamente útil para o nosso desenvolvimento econômico e social”, afirmou Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, durante o lançamento do Censo Agropecuário 2017 em Curitiba, no dia 19 de junho.

Para o gerente do Censo Agropecuário, Antonio Florido, em palestra na sede da CNA em Brasília, a veracidade das informações fornecidas será fundamental para um diagnóstico correto da situação da agropecuária no Brasil. As informações prestadas pelo produtor são sigilosas.

No encontro sobre o levantamento do IBGE na capital federal, o superintendente técnico da CNA, Bruno Lucchi, ressaltou que o Censo Agropecuário é a principal ferramenta que baliza e define as estratégias para a adoção de programas essenciais ao crescimento do setor, fortalecendo a agricultura e a pecuária do país.

Conhecimento estratégico

Modelos europeus de geração de energia renovável podem ser aplicados na realidade paranaense



A utilização de fontes renováveis para a produção de energia, além de ser ambientalmente correto, é estratégico do ponto de vista econômico. Foi isso que os integrantes das viagens técnicas organizadas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR verificaram na Alemanha, Áustria e Itália, países que vêm buscando a sustentabilidade energética, utilizando para isso fontes como a biomassa, energias eólica e solar.

No primeiro semestre, o Sistema FAEP/SENAR-PR organizou duas comitivas formadas por lideranças rurais, técnicos, representantes de órgãos de governo e empresas estatais, totalizando 72 pessoas, que visitaram propriedades, centros de pesquisa, universidades e associações de produtores para conhecerem mais sobre o

modelo europeu de geração de energia renovável. Nesse roteiro, a troca de experiências foi o eixo central de uma proposta que tem como finalidade levar informações para os sindicatos rurais do Paraná, para que os produtores rurais saibam as possibilidades existentes neste campo.

O objetivo da viagem foi ter acesso a realidade encontrada na Europa, no intuito de balizar os conhecimentos e experiências para a reflexão destas alternativas dentro da realidade paranaense. Ao longo de duas semanas foram realizadas 14 visitas técnicas que contemplaram as diversas vertentes da energia renovável, com foco especial na produção de biogás, onde está o grande potencial para geração energética dentro das propriedades rurais paranaenses.



“Na Alemanha e na Áustria chama a atenção a organização, a inteligência, a capacidade, o desenvolvimento e o que eles já fizeram pelos seus países. Praticamente tudo o que tem na Itália foi buscado em outros países. Achei muito importante as explicações na Cooperativa Agroenergética Territoriale, que iniciou a organização dos produtores. As cooperativas do Brasil têm que ser parceiras do produtor como na Itália.”

José Mendonça, presidente do Sindicato Rural de Arapongas



“Ficou evidente a preocupação da Europa para a produção de energia em todas as suas possibilidades. É uma questão de segurança nacional para eles. Chama a atenção também a visão de longo prazo, pois os projetos e contratos para a geração de energia são para 10, 20 anos, o que traz garantia de renda para o produtor, ao passo que no Brasil ainda prevalece a visão imediatista. É necessário aproveitar o potencial gerado nas propriedades para promover a independência da energia.”

João Augusto Paloan Toesca, presidente do Sindicato Rural de Perobal



“A gente viu coisas diferentes do que tem no Brasil e com certeza vai dar pra levar um conhecimento muito bom para os produtores da nossa região.”

Celio Antonio Bueno, presidente do Sindicato Rural de Campina da Lagoa



“Visitamos muitas plantas de energias renováveis, principalmente de biogás, além de uma planta eólica e outras fotovoltaicas. Isso foi muito importante, pois tivemos uma noção do que está ocorrendo nesses três países que visitamos e como eles estão trabalhando para suprir a necessidade deles de energias renováveis, diminuindo dependência de energias não renováveis, principalmente a energia nuclear.”

José Mário Correia Dias, presidente do Sindicato Rural de Santa Cruz do Monte Castelo



“Vimos grande preocupação com a produção de energia no futuro, envolvendo o Estado, associações de agricultores e municípios, com grandes investimentos a juros baixos, de 2% ao ano, grandes pesquisas em universidades, sempre respeitando o meio ambiente. A terra cobra devolver a ela o que ela produz.”

Tadeu Sguarezi Acorsi, presidente do Sindicato Rural de Chopinzinho



“Crescemos muito e aprendemos coisas novas se tratando de energias renováveis, eólica, solar e com certeza vamos levar tudo o que foi visto aqui para as nossas regiões.”

Celso Stedile, representante do Sindicato Rural de Coronel Vivida



“É necessário que o Brasil passe a aproveitar os dejetos para a produção de energia, que ainda não é o foco, dado o nosso potencial hídrico, mas o potencial é grande e nossa matriz energética deve ser encaminhada a este sentido. A facilidade para a concessão de licenciamento ambiental para a geração de energia eólica chamou a atenção, assim como para o manejo de florestas nativas. As preocupações do governo com a renda do produtor rural, a permanência do homem no campo e a sustentabilidade dos processos ambientais foi verificada em toda a Europa.”

Gustavo Ribas Netto, presidente do Sindicato Rural de Ponta Grossa



“É importante conhecer realidades distintas das que estamos acostumados. Uma viagem técnica como essa nos proporciona uma visão mais abrangente do uso das energias renováveis e como podemos facilitar as tecnologias já utilizadas na Europa e transformá-las para a nossa realidade. As necessidades são diferentes, mas a visão inovadora dos locais que visitamos são fontes de desenvolvimento que precisamos no nosso país.”

Rafael Hernando de Aguiar González, diretor de desenvolvimento tecnológico da CIBiogás

Bioenergia compartilhada

Presidentes de sindicatos rurais que estiveram na Europa realizam reuniões com produtores para repassar as informações e cases relacionados à energia renovável



Encontro sobre a viagem técnica em Castro

Os conhecimentos e cases do uso de energia renovável na Europa continuam se espalhando pelo Paraná. Nas últimas semanas, presidentes, delegados e representantes de sindicatos rurais que participaram das duas primeiras viagens técnicas organizadas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, nos meses de maio e junho, pela Alemanha, Áustria e Itália realizaram reuniões em seus municípios. O propósito foi compartilhar as informações referentes à bioenergia com os produtores.

Em Castro, nos Campos Gerais, o presidente do Sindicato Rural local, Eduardo Medeiros, repassou o conhecimento adquirido ao longo do roteiro, que passou por 12 cidades europeias, com o setor produtivo do município. Na reunião realizada no sindicato, Medeiros mostrou como a tecnologia já está consolidada na Europa, inclusive com incentivo do governo.

“Lá eles querem substituir as fontes de energias atuais por renovável. Aqui ainda estamos preocupados com

o passivo ambiental. A apresentação permitiu equalizar o conhecimento sobre o assunto”, destaca o presidente do sindicato, que fez parte do primeiro grupo.

A reunião em Castro contou com a participação, principalmente, de produtores de suínos, aves e pecuária leiteira, atividades envolvidas com o destino dos dejetos. “Eles ficaram sabendo que existem formas de utilizar os dejetos. O pessoal elogiou bastante à iniciativa da FAEP de promover as viagens técnicas”, diz Medeiros.

Na vizinha Ponta Grossa, o presidente Gustavo Ribas optou por um café da manhã para fazer a exposição das informações. O evento contou com a presença de 20 pessoas. “Inicialmente, o pessoal achava a realidade da Europa distante da nossa. Expliquei que é o contrário. O que precisamos é um esforço coletivo para viabilizar as iniciativas sustentáveis por aqui, inclusive com uma regulamentação”, explica o dirigente.

Em Laranjeiras do Sul, Centro Sul do Estado, a maioria presente na reunião promovida pelo presidente do sindicato, Miguel Luiz Severino Alves, era de produtores envolvidos com pecuária de leite, atividade forte na região. “Os biodigestores se aplicam bem na nossa realidade. Os produtores sabem que, em breve, terão de fazer algo para dar destino ao dejetos animal”, diz.

O evento na sede do sindicato, que reuniu 50 pessoas, ultrapassou os limites do agronegócio. Alves foi convidado para realizar palestras na Associação Comercial da cidade, na cooperativa de crédito e em escolas. “Vamos repassar as informações para toda a sociedade. Pois energia renovável interessa a todos”, diz o presidente, que também fez parte do primeiro grupo que esteve na Europa, em maio.

Em São Miguel do Guaçu, no Oeste, as informações sobre bioenergia na Europa também ultrapassaram os limites do sindicato local. O presidente José Carlos Colombari, que possui sistema de biogás na sua proprie-

dade desde 2006, realizou uma apresentação no conselho de administração da Cooperativa Lar. “Precisamos disseminar as informações para alavancar a bioenergia na agricultura. Todos os elos da cadeia produtiva precisam conhecer os bons exemplos que existem pelo mundo”, afirma Colombari, que em 2010 instalou mais um biodigestor em função do aumento do plantel de suínos.

Em Cidade Gaúcha, no Noroeste, o presidente Dourvan Westphal aproveitou a assembleia geral do sindicato para realizar a apresentação sobre bioenergia na Europa. “O pessoal se interessou pelo tema. Fizeram muitas perguntas. Provavelmente vamos realizar outra apresentação”, destaca.

Presidentes de outros sindicatos rurais, como de Palmeira, Cianorte, Sapopema, Terra Rica, também realizaram eventos para compartilhar as informações adquiridas nas viagens técnicas. Reuniões em outros municípios estão sendo agendadas ao longo das próximas semanas.



Cidade Gaúcha



Laranjeiras do Sul



Ponta Grossa



Cianorte

TV TUPI:

assim
nasceu a
televisão
brasileira



Primeira a ser instalada no país, a emissora foi criada por insistência do empresário Assis Chateaubriand

Uma grande paixão nacional teve início na noite de 18 de setembro de 1950. Neste dia ia ao ar a TV Tupi, a primeira emissora de televisão brasileira. Se o Brasil é referência em programas televisivos há décadas, o começo foi cercado de improvisos. Com apenas uma das duas câmeras importadas funcionando, o show de variedades que marcou a estreia da TV no Brasil foi assistido por poucos felizardos em São Paulo, onde a Tupi estava instalada.

Se atualmente quase 100% dos domicílios do país têm acesso à TV, na época do lançamento o Brasil contava com cerca de 200 aparelhos trazidos dos Estados Unidos, distribuídos pela empresa a figurões da sociedade paulistana e também expostos em 17 lojas no centro da capital paulista. Em 1950, a transmissão era restrita a 100 km de distância da antena montada em São Paulo. Hoje abrange todo o território nacional.

A emissora nasceu por insistência do empresário Assis Chateaubriand (1892-1968). Planejada desde 1946, a Tupi fazia parte do império jornalístico Diários e Emissoras Associados.

Abertura

Para colocar a emissora no ar, Chateaubriand trouxe do rádio artistas, diretores, técnicos e produtores. A atriz Yara Lins (1930-2004) foi contratada para dizer o prefixo da Tupi, sendo o primeiro rosto a ser visto na TV brasileira: “PRF-3 Emissora Associada de São Paulo orgulhosamente apresenta, neste momento, o primeiro programa de televisão da América Latina”. A cerimônia de abertura foi comandada pelo próprio Chateaubriand. O hino composto especialmente pelo poeta Guilherme de Almeida (1890-1969) foi cantado pelo mexicano Frei José Mojica (1896-1974).

O show que marcou a estreia da TV no Brasil foi protagonizado por Hebe Camargo (1929-2012), Walter Foster (1917-1996), Lima Duarte, Lolita Rodrigues, entre outros, e foi dirigido por Cassiano Gabus Mendes (1929-1993).

A programação nos primeiros anos da Tupi era composta por teleteatros, telefilmes e seriados estrangeiros. A TV de Chateaubriand foi responsável pela entrada das telenovelas na vida dos brasileiros, que eram exibidas em capítulos semanais. Em 1951, uma cena de “Sua Vida me Pertence” chocou os telespectadores: a atriz Vida Alves (1928-2017) foi beijada na boca por Walter Foster. Em 1968, a novela Beto Rockfeller revolucionou a linguagem

até então empregada na televisão, com interpretações menos teatrais. O personagem interpretado por Luiz Gustavo foi o primeiro anti-herói da TV brasileira.

Em 1960, a Tupi transmitiu ao vivo a inauguração de Brasília. Não havia, como hoje, satélites para distribuir as imagens. Para realizar tal feito foram colocados três aviões voando em círculos na rota São Paulo-Brasília. As imagens da cerimônia na capital brasileira eram transmitidas para o primeiro avião, que retransmitia para o segundo e depois repassava para a terceira aeronave. Assim, as imagens conseguiram ser captadas pela antena da TV na capital paulista.

Sinônimo de inovação, com o passar dos anos a Tupi acabou superada pela concorrência. O canal encerrou as atividades de forma melancólica em 1980. Foram anos de glórias e decadência.



Agrinho e Prosolo juntos

Programa Agrinho Solos busca sensibilizar estudantes sobre a conservação do solo e da água



O SENAR-PR programou para 2017 uma iniciativa inédita: o programa Agrinho Solos. Com o tema “Conservação de solos: sustentabilidade que garante o amanhã”, a proposta é unir a metodologia consolidada do projeto educacional com as diretrizes do Programa Integrado de Conservação do Solo e Água do Paraná (Prosolo). Neste ano, a participação é destinada exclusivamente a colégios agrícolas e escolas de ensino fundamental das cidades de Cambará (Norte Pioneiro), Castro (Campos Gerais), Lapa (Região Metropolitana de Curitiba), Palotina (Oeste), Ponta Grossa (Campos Gerais) e Umuarama (Noroeste).

O Paraná sempre esteve na vanguarda entre os estados brasileiros em ações conservacionistas. Mas com o retorno de processos erosivos no Paraná, formulou-se um conjunto de ações estruturais para retomar o proces-

so de boas práticas na conservação do solo e água – o Prosolo. A iniciativa de trazer ao debate essa temática dentro do projeto Agrinho – que já ocorre há 22 anos –, em uma modalidade separada, tem como objetivo sensibilizar os estudantes do ensino fundamental ao programa, enquanto serve de suporte ao produtor rural com ações de treinamento e pesquisa.

A primeira fase do Agrinho Solos, que promove essa sinergia com o Prosolo, teve palestras para capacitar professores e alunos de colégios agrícolas para serem disseminadores do tema. Esses encontros foram realizados entre o fim de maio e o início de junho. Durante esse período, foram escolhidos alunos do 3.º ano de colégios agrícolas, que participaram ao longo de junho de cursos sobre manejo de solos dentro das próprias

instituições de ensino.

Nas próximas semanas, os alunos replicam esse aprendizado nas escolas de ensino fundamental dos seus respectivos municípios, por meio de palestras. Depois desta etapa, os estudantes receberão um kit de equipamentos essenciais para análise de solos, como trados, treina, estufa de secagem de solos para análise e até mesmo um aparelho GPS.

Concurso

No segundo semestre, a partir de setembro, ocorre o concurso Agrinho Solos. Os materiais para avaliação podem ser enviados até o dia 8 de setembro e a primeira triagem do SENAR-PR sai no dia 22 do mesmo mês.

Modalidades e prêmios

Redação (2.º ao 5.º ano do ensino fundamental)

1.º lugar – aluno (a): notebook
Professor(a): notebook

Vídeo (3.º ano do ensino médio de colégio agrícola)

1.º ao 5.º lugar – aluno (a) responsável pelo relato: notebook
Professor: notebook

Experiência pedagógica (2.º ao 5.º ano do ensino fundamental e 3.º ano do ensino médio de colégio agrícola)

Primeira fase – professor (a): tablet
Segunda fase – professor (a): automóvel

Relato Escola Agrinho (2.º ao 5.º ano do ensino fundamental)

1.º lugar – responsável pelo relato: notebook
Escola: notebook

Relato Escola Agrinho (colégio agrícola)

1.º lugar – responsável pelo relato: notebook
Escola: penetrômetro digital

NOTA

Sindicato Rural de Coronel Vivida comemora 60 anos



O Sindicato Rural de Coronel Vivida comemorou em junho seu 60.º aniversário. Fundado em 9 de junho de 1957, a instituição surgiu dois anos após a emancipação do município, motivada por uma sugestão do primeiro pároco da cidade, padre Claudino Magro. Inicialmente, a organização tinha o status de uma associação de produtores. O reconhecimento oficial da condição de sindicato pelo Ministério do Trabalho ocorreu em 1968.

Desde o início, a entidade, que também atende o município de Honório Serpa, trabalha com foco na melhoria da agricultura e dos agricultores da região. Em suas ações, das pontuais até as mais amplas, a instituição preza pelo incentivo à aplicação de técnicas modernas à agropecuária e constante campanha de sindicalização. O resultado é um histórico reconhecimento da sociedade como um pilar na contribuição ao desenvolvimento do Sudoeste do Paraná.

Previsão de boas condições até o fim do ano

Chuvas serão irregulares, mas suficientes para manter a umidade necessária para o desenvolvimento das plantas, prevê meteorologista



Meteorologista Luiz Renato Lazinski durante palestra na reunião da Comissão Técnica de Cereais da FAEP

Assim como ocorreu no último ciclo, quando o tempo foi favorável à maioria das culturas, o segundo semestre de 2017 deve manter condições boas à agricultura paranaense. A conclusão é do meteorologista do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), Luiz Renato Lazinski, em palestra na reunião da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP, no dia 26 de junho, na sede da entidade. O encontro reuniu integrantes, produtores e presidentes de sindicatos rurais que debateram temas como a situação das lavouras no Estado, questões fitossanitárias e o Plano Agrícola e Pecuário 2017/18.

Lazinski explicou que no ano passado a La Niña (resfriamento das águas do Oceano Pacífico) causou temperaturas baixas por mais tempo e chuvas bastante irregulares. Agora, o fenômeno deixou de ser registrado e até

dezembro de 2017 os modelos meteorológicos apontam para uma situação de neutralidade (sem influência de El Niño ou La Niña). “O Estado segue com chuvas irregulares, dentro da média histórica, com períodos de até 15 ou 20 dias de estiagem entre uma precipitação e outra, mas em quantidade suficiente para o bom desenvolvimento das culturas”, apontou.

Para ilustrar essa situação, o meteorologista citou o veranico vivido na maior parte do território paranaense entre a última semana de junho e as primeiras semanas de julho – que favorece a colheita do milho segunda safra. Para ele, esses períodos mais secos devem ser comuns, o que torna as condições ideais ao desenvolvimento das culturas de inverno. “São esperadas ao menos três ondas de frio intensas entre julho e agosto, o que está den-

tro do previsto. Agora, aquela chance de geadas tardias, depois da segunda quinzena de setembro [que prejudica o plantio da safra de verão], é bem pequena”, disse.

Merece atenção, na opinião do meteorologista, o período do início de 2018. Lazinski enfatiza que ainda é cedo para afirmar com certeza, mas ele aposta em uma inversão de padrões climáticos e a volta da incidência da La Niña. “Há alguns meteorologistas prevendo a ocorrência de El Niño no início do ano que vem, mas com base em experiência pessoal, eu acredito muito mais em uma virada para La Niña. A maior parte do período no qual se desenvolvem as safras de verão, no entanto, terá situação de neutralidade”, tranquilizou.

Silo cheio, bolso vazio

Na rodada de atualização das condições de lavoura no Paraná ao longo da reunião, Nelson Paludo, presidente do Sindicato Rural de Toledo (região Oeste), disse que na região a soja teve uma boa produtividade e o milho segunda safra teve perdas isoladas. A principal preocupação, no entanto, é com o preço. “Aqueles produtores que estão mais folgados, em termos financeiros, fizeram o cálculo: ‘é melhor ter dinheiro ou ter produto?’ Muitos viram que era melhor manter o produto aplicado do que o dinheiro no bolso e mantêm as safras armazenadas”, resumiu.

Nos Campos Gerais, a situação é parecida. “Com os preços onde estão, temos pouca comercialização até o momento. Nossa região ainda tem 200 mil toneladas de trigo da última safra armazenadas para comercializar,

isso em um raio de 30 quilômetros”, relatou Fábio Schmidt, do Sindicato Rural de Ipiranga.

O ritmo lento de comercialização da soja no Centro-Sul chegou a causar atrasos nos pagamentos aos produtores por parte das organizações compradoras. “Prazos que para nós são normalmente em 30 de abril foram postergados para o fim de maio e alguns para o fim de junho”, conta Roldolfo Botelho, presidente do Sindicato Rural de Guarapuava.

Planejamento e segurança

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, enfatizou na abertura do evento a necessidade de os produtores de grãos se organizarem para garantir rentabilidade. “Hoje, estamos em um cenário negativo de preços, mas o milho já esteve a R\$ 35 a saca e a soja já chegou a R\$ 85 a saca. Não há como o produtor achar que sempre vai acertar na mosca. Essa é uma questão que cada produtor tem que administrar, usando os instrumentos que tem no mercado para se orientar e fazer uma boa comercialização”, disse.

Ivo Arnt Filho, presidente da Comissão Técnica de Fibras e Oleaginosas da FAEP, falou sobre o papel fundamental que as boas práticas da agricultura ocupam na garantia da qualidade e, por consequência, do mercado global que foi conquistado ao longo dos anos pelos brasileiros. “Fiquem de olho, não dessequem as lavouras desnecessariamente, utilizem as boas práticas da agricultura. Se for dessecar, respeite o período de carência de 20 dias para colheita”, aconselhou.



Ágide Meneguette participa da reunião da Comissão Técnica de Cereais da FAEP

Os números do café

Projeto Campo Futuro calcula viabilidade econômica da produção em Apucarana. Mecanização pode minimizar gastos com mão de obra, principal custo da atividade



A produtividade dos cafeicultores de Apucarana (Norte do Estado), em 2017, deve ficar em 33 sacas por hectare, um aumento de três sacas em relação aos resultados de 2016. O levantamento dos custos da cafeicultura, realizado por meio do projeto Campo Futuro, foi em maio deste ano. Para a amostragem, oito cafeicultores da região colaboraram com a coleta de dados, que levou em conta apenas a produção do café do tipo Arábica.

De acordo com os dados, o Custo Operacional Efetivo (COE), que não computa a depreciação dos equipamentos nem o pró-labore dos produtores, também aumentou, ficando em R\$ 353,45 por saca, colocando o COE de Apucarana como terceiro maior do país. Em relação ao levantamento do ano passado, houve uma elevação de 10,2% nestes custos, sendo que o item de maior peso foi

a mão de obra, que responde por 42% do COE, seguido por fertilizantes (15%), produtos fitossanitários (6%) e corretivos (2%).

Segundo Diego Humberto de Oliveira, engenheiro agrônomo e pesquisador do Centro de Inteligência em Mercados da Universidade Federal de Lavras (CIM/UFLA), a elevação de custos era esperada. “Por se tratar de uma região onde a colheita é realizada manualmente em 100% da área, e devido aos reajustes do salário mínimo, esperava-se que a mão de obra seria o item mais impactante no COE.”

Para Maciel Silva, assessor técnico da Comissão Nacional de Café da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), como o Paraná teve a bionalidade invertida pela geada que ocorreu em 2013, apresentou bionalidade positiva na safra atual, ao contrário da maio-

ria das regiões produtoras do país. “Isso pode ter contribuído para o aumento de produtividade verificado”, afirma Silva.

Participaram deste trabalho produtores rurais, profissionais de assistência técnica, representantes comerciais e pesquisadores do setor. O objetivo foi verificar se a atividade tem viabilidade econômica em cada uma das dez praças pesquisadas no país. No Paraná foi avaliada a produção na região de Apucarana. O projeto da CNA e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) tem apoio da Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP).

Colheita manual

Segundo o técnico Marco Antônio Sanchez, da Emater em Apucarana, que acompanhou o processo no município, a colheita é manual na maior parte das propriedades, mas o quadro está mudando gradativamente. “O pessoal já está indo para a mecanização. A Emater está fazendo projeto para adquirir um pacote para mecanização, que inclui trator cafeeiro e máquina de colher tracionada, que irá beneficiar uma cooperativa de cafeicultores de Pirapó (distrito de Apucarana).”

Apesar do aumento dos custos, a receita também cresceu neste período, chegando a R\$ 435,90 por saca, valor 18,36% maior do que o registrado pelo setor no ano passado. Somando-se a isso a elevação de 10% na produtividade, a margem dos cafeicultores apucaranaenses ficou em R\$ 82,45/saca, 76,7% superior à verificada em 2016. Se considerado o Custo Operacional Total, que leva em conta a depreciação das lavouras, equipamentos e a remuneração do produtor (pró-labore), a margem fica próxima de zero, o que já é um resultado melhor do que o registrado em 2016, quando a margem líquida ficou negativa em R\$ 33,34.

Na opinião do cafeicultor Geraldo Maronese, vice-presidente do Sindicato Rural de Apucarana, os dados levantados pelo projeto Campo Futuro estão próximos da realidade encontrada pelos produtores da região. Segundo ele, a atividade cafeeira, que já foi bastante expressiva na região, encolheu nas últimas décadas. Mas com a adoção de máquinas no processo, isso pode mudar. “Hoje, com a mecanização, têm muitos produtores que estavam fora e que vão voltar à atividade”, acredita.

Até o fim de junho, cerca de 10% do café da safra já havia sido colhido na região. Segundo Sanchez, chuvas intensas ocorridas no início de junho atrasaram este processo.



Conceitos dos indicadores de custo de produção do Campo Futuro

Custo Operacional Efetivo (COE) – Corresponde a todos os componentes de custos gerados pela relação entre os coeficientes técnicos (quantidade utilizada) e os seus preços. Os componentes do COE são renovados em todo ciclo produtivo. Também se enquadram os gastos administrativos e os custos financeiros do capital de giro.

Receita Bruta Unitária – Média do preço pago ao café na região ponderado pela proporção de cada bebida e tipo produzidos na propriedade modal.

Margem Bruta (MB) – Resultado da subtração entre o preço médio de venda e o COE.

Custo Operacional Total (COT) – O Custo Operacional Total (COT), resultante da soma entre o COE, Depreciações e Pró-labore, indica a possibilidade de reposição da capacidade produtiva do negócio além da remuneração do responsável pelo gerenciamento da atividade.

Margem Líquida (ML) – Resultado da subtração entre o preço médio de venda e o COT.

Prorrogação da IN 14 para suinocultura

Prazo para adequação às novas regras termina em julho, mas FAEP solicitou mais tempo para produtores independentes se adaptarem à Instrução Normativa

A Instrução Normativa n.º 14 (IN 14), publicada pelo Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (Mapa) em julho de 2016, estabeleceu critérios e procedimentos para a fabricação, comercialização e uso de produtos para alimentação animal com medicamentos de uso veterinário. A normativa abrange as fábricas de ração de suinocultores independentes. A IN 14 deu prazo de um ano, após a sua publicação em Diário Oficial, para as empresas se adequarem às novas regras.

A FAEP solicitou no fim de junho que o Mapa reavalie o prazo para que a IN 14 entre em vigor. Diante da crise enfrentada pela atividade em 2016, muitos produtores não conseguiram se adequar totalmente à normativa. Os recursos financeiros foram utilizados para custeio da atividade impossibilitando que investimentos em infraestrutura e adequações das fábricas fossem realizados. A FAEP entende que prorrogação desta data é fundamental para que os produtores rurais consigam se adequar totalmente à normativa.

Rebanho

O Paraná possui o maior rebanho de suínos do país – 7,1 milhões de cabeças – 17,7% do plantel nacional. A atividade produziu um Valor Bruto de Produção Agropecuária (VBP) de R\$ 3,2 bilhões em 2015, contribuindo com a economia estadual, gerando empregos diretos e indiretos, além de diversificar a renda nas propriedades rurais em diferentes regiões do Estado.

Cerca de 20% dos suinocultores paranaenses trabalham de forma independente, sem vínculos com empresas integradoras. No último ano, a queda na demanda interna de carne suína, a redução no preço do suíno vivo e os aumentos no custo de produção levaram à inviabilidade do sistema independente de produção.

Os dados de custos de produção no Paraná, realizados com a participação da cadeia produtiva, levantados em abril e novembro de 2016, em 17 sistemas produtivos de diferentes regiões do Estado, confirmam a crise de rentabilidade da atividade. No segundo semestre de 2016, o saldo sobre os custos variáveis foi negativo em 47% dos sistemas produtivos estudados, ou seja, a remuneração pelo suíno foi inferior ao custo de manutenção com ali-

mentação, mão de obra, gastos veterinários, entre outros. E em 2017 a atividade não apresentou melhora.

FAEP alerta para preços baixos pagos pela saca do milho

O preço médio recebido pelo produtor de milho no Paraná reduziu nas últimas semanas e atingiu o patamar de R\$ 18,76 a saca de 60 quilos em 26 de junho, segundo levantamento da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab). Com a colheita e maior oferta de milho safrinha, o preço pago ao produtor pode sofrer novas reduções. Vale destacar que a barreira do preço mínimo para a Região Sul é de R\$ 19,21.

Preocupada com esta situação, a FAEP encaminhou ofício ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), no fim de junho, solicitando que, em caso de os preços apresentarem piora, o governo avalie a utilização dos instrumentos de Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) aos produtores paranaenses.

A colheita do milho de segunda safra, estimada em 13,8 milhões de toneladas no Paraná, atingiu apenas 15% da área plantada. O atraso é fruto tanto do plantio tardio em algumas regiões produtoras (Oeste) como também da umidade muito elevada para colheita. Logo, a tendência é de redução nos preços com a entrada da safra recorde nas próximas semanas. Em um ofício enviado ao Mapa em 24 de abril de 2017, a FAEP já havia alertando sobre a possibilidade do valor médio de milho ficar abaixo da PGPM no Paraná e solicitado a reserva de R\$ 100 milhões para a utilização dos instrumentos de apoio à comercialização.

Sistema FAEP/SENAR-PR e Itaipu: união que deu certo

Entidade e empresa trabalham em parceria em uma série de projetos voltados às boas práticas no campo



Hélio Gilberto Amaral, Ágide Meneguette, Antonio Nereu Procopiak Filho e Ronei Volpi

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, recebeu, no dia 27 de junho, a visita do novo diretor de Coordenação da Itaipu Binacional, Hélio Gilberto Amaral, e o assessor da área, Antonio Nereu Procopiak Filho. A parceria das duas entidades no Programa Integrado de Conservação de Solo e Água do Paraná (Prosolo) foi reforçada durante o encontro, no qual o coordenador do projeto, Ronei Volpi, apresentou o cronograma das ações.

A Itaipu está investindo na criação, elaboração e produção do material audiovisual de divulgação do Prosolo e, também, no financiamento e execução de pesquisa que trarão maior conhecimento em relação ao manejo do solo. Foram produzidas cartilhas, cartazes, folders e vídeos para orientar os produtores rurais sobre a importância do resgate das boas práticas agrícolas, principal objetivo do programa. O Prosolo foi pensado para promover a conservação do solo e da água, servindo de suporte ao produtor rural com ações de treinamento e pesquisa, buscando reduzir perdas econômicas, sociais

e ambientais no meio rural paranaense. A campanha de divulgação do programa também visa alertar sobre o prazo final de adesão ao programa, 29 de agosto deste ano. “Temos muita proximidade com a Itaipu. Desenvolvemos várias ações em parceria, principalmente as que estão relacionadas à agricultura e ao meio ambiente”, disse Meneguette.

Durante o encontro, o diretor da Itaipu, que é engenheiro e professor, também pôde compartilhar sobre ações voltadas às energias renováveis.

O Sistema FAEP/SENAR-PR é parceiro da CIBiogás (Centro Internacional de Energias Renováveis-Biogás), instituição científica, tecnológica e de inovação criada com o objetivo de desenvolver e apoiar projetos relacionados às energias alternativas. “Temos muito interesse em projetos sustentáveis que permitam ao produtor rural manter sua produtividade ao mesmo tempo em que contribui para a preservação ambiental”, destacou Meneguette.

A Campanha Plante Seu Futuro, com redução intensiva no uso de agroquímicos, é outro exemplo de ação conjunta das duas instituições, com a coordenação da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (Seab). O projeto tem como objetivo a difusão de conhecimentos e tecnologias de boas práticas validadas pelas instituições públicas e privadas e que proporcionem incremento na rentabilidade com preservação ambiental e segurança alimentar.

A Itaipu também é parceira do Programa Agrinho, maior iniciativa de responsabilidade social do Sistema FAEP/SENAR-PR, que envolve por ano mais de 1 milhão de alunos e 80 mil professores de todo o Paraná.

Projeto cancela precatórios e RPVs

Medida aprovada na Câmara dos Deputados pode destinar R\$ 8,6 bilhões aos cofres públicos e a reposição de recursos ao programa de seguro rural



O Projeto de Lei (PL) 7.626/2017, que cancela os precatórios e as Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais depositados há mais de dois anos em banco federal e que não foram sacados pelos beneficiários, foi aprovado na Câmara dos Deputados, em 13 de junho, e seguiu para apreciação no Senado. A FAEP encaminhou ofício aos senadores na última semana de junho solicitando que aprovem o PL 7.627/17 em regime de urgência. A medida pode representar um impacto positivo no erário de R\$ 8,6 bilhões. De acordo com o projeto, a iniciativa de cancelamento já era reconhecida pelo Judiciário, depois da “constatação de que os credores permaneceram inertes após o prazo de dois anos contados da realização dos depósitos”.

A proposta é do governo federal, que argumenta que a existência de depósitos de precatórios não levantados “representa situação de ineficiência na utilização de recursos públicos para o pagamento de precatório que,

por muitas vezes, ficam disponibilizados por mais de dez anos sem que a parte beneficiária saque os recursos”. Pelo projeto, mesmo o precatório ou RPV sendo cancelados, o valor não será extinto de forma definitiva. O credor poderá pedir a reabertura de novo crédito, “mantendo a mesma posição antes ocupada na ordem para pagamento da respectiva dívida”. O PL 7.626/17 estabelece que pelo menos 20% do valor cancelado será destinado à manutenção e desenvolvimento do ensino e mais 5% serão destinados ao programa de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Orçamento

O contingenciamento de 42% do orçamento deste ano do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) prejudicou diversas ações, dentre elas o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que oferece ao agricultor a oportunidade de segurar sua produção com custo

reduzido, por meio de auxílio financeiro do governo federal.

Apesar da importância deste programa, o contingenciamento de recursos do orçamento do Mapa retirou R\$ 310 milhões do PSR, inviabilizando o programa, que utilizou apenas R\$ 90 milhões no primeiro semestre de 2017. Caso o PL 7.627/17 seja aprovado no Congresso Nacional, esses recursos serão repostos ao programa de seguro, viabilizando a contratação de apólice de seguro rural para milhares de agricultores.

O clima é o principal fator de risco para a produção rural. Ao contratar uma apólice de seguro rural, o produtor pode minimizar suas perdas ao recuperar o capital investido na sua lavoura, evitando maiores prejuízos e as indesejáveis renegociações de dívidas rurais, que tem alto custo para o Tesouro Nacional e consequentemente para a sociedade.

Inscrições abertas para o PER

A edição 2017 do Programa Empreendedor Rural (PER), promovido pelo SENAR-PR há 14 anos, já está com as inscrições abertas. A primeira parte da seleção ocorre de forma local nos municípios que contam com turmas. Todos os projetos estão automaticamente inscritos para a primeira fase. Posteriormente, após a votação dos três melhores por turma, os autores devem encaminhar a documentação necessária para a fase final até o dia 30 de outubro. A festa de premiação está programada para acontecer no dia 1.º de dezembro, no Expotrade Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. Promovido pelo SENAR-PR, em parceria com o Sebrae-PR e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), o PER já permitiu que milhares de produtores transformassem seus projetos, desenvolvidos ao longo do curso, em negócios rentáveis.



Palestra na Expoleite Arapoti

Técnicos da Fundação ABC foram convidados para dar palestras no dia 27 de julho, das 9 às 11h50, durante a 45.ª Expoleite Arapoti (Campos Gerais). A entrada é gratuita. Os temas abordados serão Agrometeorologia (previsão climática e conforto térmico animal) e Solos e Nutrição de Plantas (adubação orgânica). A Expoleite será de 26 a 29 de julho, no Parque de Exposições Capal.



Expoinel em Campo Mourão

A Exposição de Nelore do Paraná (Expoinel) este ano será durante a Exposição Agropecuária de Campo Mourão (região Central do Estado), que começa no dia 5 de julho e segue até o dia 9 do mesmo mês, no Parque de Exposições Getúlio Ferrari. O juiz do evento será Valdecir Marin, de São Paulo, escolhido pela Associação dos Criadores de Nelore do Brasil (ACNB) e pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ). A Exposição Agropecuária é organizada pelo Sindicato Rural de Campo Mourão.



CAMPINA DA LAGOA

PASTAGEM

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa realizou, entre os dias 24 e 26 de maio, o curso Trabalhador na Forragicultura – Manejo de Pastagens. Participaram 13 pessoas com a instrutora Karina Calil Caparroz.



TIBAGI

MOTOSSERRA

O Sindicato Rural de Tibagi promoveu na localidade de Caetano Mendes, de 5 a 9 de junho, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Motosserra – Corte Polivalente de Árvores. Participaram quatro pessoas com o instrutor Laércio Kubiak.



PALOTINA

MULHER ATUAL

O Sindicato Rural de Palotina promoveu, de 13 de março a 29 de maio, o curso Gestão de Pessoas – Mulher Atual. Participaram 25 pessoas com a instrutora Maria José Andreaci Zuleger.



BANDEIRANTES

PLANTIO DIRETO

O Sindicato Rural de Bandeirantes realizou, no dia 18 de maio, o curso Trabalhador no Cultivo de Grãos e Oleaginosas – Manejo de Plantas Daninhas em Plantio Direto. Participaram 13 pessoas com o instrutor Claudio José Zunta.



CIANORTE

HORTIMAIS

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, de 9 a 17 de março, o Programa Hortimais – Planejamento da Produção, do Plantio à Comercialização. Participaram 14 pessoas com a instrutora Karina Calil Caparroz.



JAGUAPITÃ

COLHEDORAS

O Sindicato Rural de Jaguapitã promoveu, entre 29 de maio e 8 de junho, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Colhedoras Automotrizes – Colhedora Axial. Participaram 11 pessoas com o instrutor Adelar Cagnini.



ORTIGUEIRA

CARREGADORAS

O Sindicato Rural de Ortigueira promoveu, entre 12 e 17 de junho, o curso Trabalhador na Operação e na Manutenção de Carregadoras. Participaram dez pessoas com o instrutor Claudio Rodrigues.

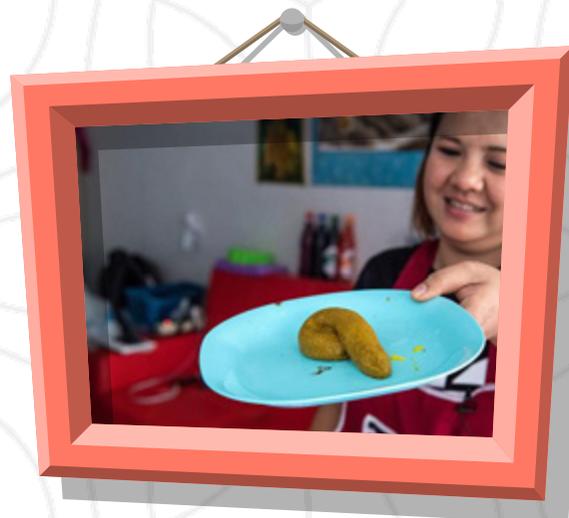


IPIRANGA

POSSE

O Sindicato Rural de Ipiranga empossou, em 8 de junho, a nova diretoria do sindicato para o triênio 2017/2020. O presidente Jondino Casagrande foi reconduzido ao cargo na chapa que tem como vice-presidente, João Conrado Schmidt; secretário, Paulo Maurício Moresco; e tesoureiro, Israel Travensoli.

VIA RÁPIDA



Bizarro

Na Tailândia, uma confeitaria decidiu inovar e criou um bolo em formato inusitado, que vem fazendo muito sucesso. O doce imita cocô de cachorro. A “obra” foi idealizada para atender o pedido de um cliente, que queria um bolo com uma forma incomum. A receita da massa é a base de gelatina e leite de coco. São vendidos por mês cerca de mil unidades da iguaria da marca Wilaiwan. Cada bolo sai por R\$ 2,50.



Qual é a formação?

Na história da República brasileira, 35 pessoas assumiram a Presidência do país. Eleitos ou não, comandaram o Brasil. Deste total, 18 eram formados em Direito (Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Venceslau Brás, Delfim Moreira, Epitácio Pessoa, Artur Bernardes, Washington Luiz, Getúlio Vargas, José Linhares, Carlos Luz, Nereu Ramos, Jânio Quadros, Ranieri Mazzilli, João Goulart, José Sarney e Michel Temer). Mas o país também foi presidido por oito militares (Deodoro da Fonseca, Hermes da Fonseca, Eurico Dutra, Castelo Branco, Costa e Silva, Emílio Médici, Ernesto Geisel e João Figueiredo), um médico (Juscelino Kubistchek), um sociólogo (Fernando Henrique Cardoso), um engenheiro (Itamar Franco), um professor (Rodrigues Alves), um matemático (Floriano Peixoto) e dois não tinham formação superior (Café Filho e Luís Inácio Lula da Silva). Por coincidência, os dois presidentes que foram cassados por impeachment são economistas (Fernando Collor e Dilma Rousseff).

Letra D

A professora percebe que o Joãozinho não estava prestando atenção na aula. Então, resolve fazer uma pergunta para ele:

- Diga uma palavra que comece com a letra D.

Joãozinho responde:

- Ontem, professora

A professora diz:

- Ontem? Mas ontem não começa com a letra D.

- Começa sim, professora. Ontem foi domingo.

Outra do Joãozinho

Joãozinho chamou o táxi e perguntou:

- Moço, quanto o senhor cobra para me levar para o aeroporto?

E o taxista respondeu:

- R\$ 25.

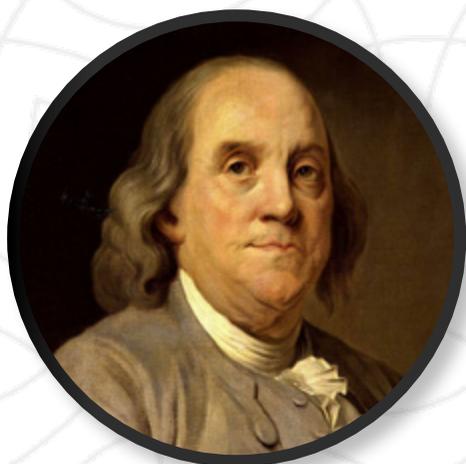
- E as malas?

- As malas eu não cobro nada.

- Então leve as malas que eu vou a pé.

Fim do desperdício

Um aplicativo está ajudando no aproveitamento de alimentos na Irlanda. O FoodCloud, que nasceu como um projeto universitário, permite a distribuição de comida com data de validade próxima a expirar para instituições assistenciais no país europeu. Em cinco anos de funcionamento, a empresa conseguiu que cerca de 8,3 mil toneladas de alimentos não fossem parar no lixo. Hoje, 274 empresas irlandesas de varejo de comida se conectam com 303 organizações por meio da FoodCloud.



“Se um homem pudesse ter metade dos seus desejos realizados, teria mais aflições do que prazeres.”

Benjamin Franklin (1706-1790),
político norte-americano

Drogas

Um recente estudo da Organização das Nações Unidas trouxe à luz números dramáticos sobre o consumo de drogas no mundo. Segundo o relatório da ONU, 5% da população mundial, cerca de 250 milhões de pessoas, usou algum tipo de entorpecente em 2015. O levantamento aponta ainda que 29,5 milhões de pessoas sofrem com transtornos graves pelo consumo de drogas. A maconha é utilizada por 183 milhões de pessoas. No Brasil, o crack é a droga mais disseminada.



UMA SIMPLES FOTO





A OUTRA METADE

Quando você encontrar a outra metade da sua alma, você vai entender porque todos os outros amores deixaram você ir. Quando você encontrar a pessoa que realmente merece o seu coração, você vai entender porque as coisas não funcionaram com todos os outros.

O que as pessoas mais desejam é alguém que as escute de maneira calma e tranquila. Em silêncio. Sem dar conselhos. Sem que digam: "Se eu fosse você". A gente ama não é a pessoa que fala bonito. É a pessoa que escuta bonito. A fala só é bonita quando ela nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o amor começa. E é na não-escuta que ele termina. Não aprendi isso nos livros. Aprendi prestando atenção.

Rubem Alves

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• **FAEP** - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• **SENAR-PR** - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senarpr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

